

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 8 de setembro de 2021



Nesta edição:

- **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle debate o reajuste de energia elétrica**

## **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle debate o reajuste de energia elétrica**

A CFFC se reuniu nesta quarta-feira (8) para debater o reajuste de energia elétrica, contando com a participação de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Ministério de Minas e Energia (MME), da Subchefia de Articulação e Monitoramento, da ANEEL, do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), e da UFRJ.

Os convidados discorreram sobre a atual crise hídrica, apontando o baixo nível de água dos reservatórios e comparando os dados atuais com os de anos anteriores.

A CNI realizou uma pesquisa para recolher a visão dos empresários a respeito da crise hídrica. Segundo Roberto Wagner, 90% dos empresários responderam que estão preocupados com a crise e suas consequências para o setor e para a produção. Entre essas preocupações, predominou o aumento dos custos com a energia, a instabilidade no fornecimento de energia ou a possibilidade de apagões, e a competitividade das empresas. Mais da metade dos participantes já sentiram o impacto negativo neste último ponto.

A pesquisa também buscou aferir sobre a disponibilidade das indústrias investirem na diminuição dos impactos da crise hidroenergética. Entre os respondentes, 34% irão implantar ou intensificar ações para aumentar a eficiência energética, 26% irão investir mais em auto geração ou geração distribuída em suas plantas, 22% pretendem aderir ao programa do governo de redução voluntária de demanda e irão mudar o horário de operação de suas empresas, e 8% estão intensificando as ações e investimentos em ações de reuso da água.

No âmbito conjuntural, Roberto Wagner também apontou que hoje a tarifa de energia elétrica do Brasil é uma das mais altas do mundo, resultado, em boa parte, dos altos encargos e impostos. Já no âmbito estrutural, a prioridade é a revitalização do setor elétrico, focando em ações que aumentem a competitividade, principalmente com a ampliação do mercado livre, o que em boa parte já está refletido no PL 414/2021, já aprovado no Senado.

Outro ponto de atenção para as indústrias é o novo marco legal do setor de gás natural, principalmente no que tange a sua consolidação e regulamentação. O representante da CNI afirmou que o objetivo deve ser aumentar a competitividade do gás e garantir insumos às indústrias, especialmente à geração térmica a preços competitivos. Por fim, declarou que as medidas adotadas pelo governo foram tempestivas e estão no caminho certo.

Ao final, os deputados Leo de Brito (PT/AC), Jorge Solla (PT/BA), Padre João (PT/MG) e Hildo Rocha (MDB/MA) afirmaram que a crise é decorrente da ausência de planejamento e investimento insuficiente. O dep. Hildo Rocha (MDB/MA) ressaltou, ainda, a importância da votação célere do PLP 62/2015, que trata da isenção de ICMS sobre o valor cobrado nas bandeiras tarifárias de energia elétrica, e aguarda a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
[www.legisdata.cni.com.br](http://www.legisdata.cni.com.br)

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**